do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, foram feitas as seguintes nomeações:

Carla Maria Vieira Ferreira, assistente administrativa especialista, 1.º escalão, índice 269, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400.

Donato Paulo Vares Macedo, técnico profissional principal, 1.º escalão, índice 238, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 400.

Emília Clara de Lima Correia Almeida Barreira, assistente administrativa especialista, 2.º escalão, índice 280, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe (área de economia, finanças e gestão), 1.º escalão, índice 400.

Alexandre Bernardo de Freitas Soveral Ferreira, engenheiro técnico civil especialista, 1.º escalão, índice 460, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de engenheiro civil de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 460.

José Silvestre Franco, engenheiro técnico civil especialista principal, 3.º escalão, índice 590, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de engenheiro civil principal, 3.º escalão, índice 590.

Vítor Manuel Jordão Soares, engenheiro técnico civil especialista, 1.º escalão, índice 460, foi nomeado em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de engenheiro civil de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 460.

Maribell Rodrigues de Freitas, técnica profissional de 1.ª classe, 1.º escalão, índice 222, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de técnico de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 295.

Maria do Carmo Gomes Rodrigues Caires, técnica profissional de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 199, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, para a categoria de técnico de 2.ª classe, 1.º escalão, índice 295.

Adelina Maria Andrade Pereira, cantoneira de limpeza, 1.º escalão, índice 155, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para a categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199.

Maria Gilberta Câmara Abreu Mendes, auxiliar administrativa, 2.º escalão, índice 137, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para a categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199.

Paula Magda Menezes dos Santos Gonçalves, bilheteira, 2.º escalão, índice 142, foi nomeada em regime de comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para a categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199.

27 de Fevereiro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado.*

1000311519

Aviso (extracto) n.º 5325/2007

Reclassificação profissional

Torna-se público que, por meu despacho de 27 de Fevereiro, Rui Humberto Silva Abreu, nadador salvador, 2.º escalão, índice 137, foi nomeado definitivamente para a categoria de assistente administrativo, 1.º escalão, índice 199, ao abrigo do regime de reclassificação profissional previsto na alínea *e*) do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

27 de Fevereiro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado.*

1000311520

Aviso (extracto) n.º 5326/2007

Renovações de comissões de serviço de pessoal dirigente

Ao abrigo do disposto no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na redacção do Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, foram renovadas por mais três anos as comissões de serviço dos seguintes dirigentes:

Despacho de 10 de Outubro de 2006:

Rodrigo Oliveira Leitão Cascais, chefe de divisão de Planeamento Urbanístico (Departamento de Planeamento Estratégico) — com efeitos a partir de 11 de Dezembro de 2006.

Despacho de 10 de Novembro de 2006:

Ana Mafalda de Sousa, chefe de divisão de Aquisição de Bens Imóveis (Departamento Jurídico) — com efeitos a partir de 29 de Janeiro de 2007.

Despacho de 13 de Dezembro de 2006:

Rui Ricardo Araújo Correia, director do Museu Municipal do Funchal (Departamento de Ciência), cargo equiparado a chefe de divisão — com efeitos a partir de 8 de Março de 2007.

Despacho de 2 de Fevereiro de 2007:

Maria Margarida Rodrigues Pitta Groz Dias, chefe de divisão de Parques, Jardins e Cemitérios (Departamento de Espaços Verdes) — com efeitos a partir de 3 de Maio de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado.*

1000311517

Aviso (extracto) n.º 5327/2007

Lista de classificação final do concurso externo para cantoneiro de limpeza

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, a partir da data da publicação do presente aviso, se encontra afixada, no Departamento de Recursos Humanos, a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de cantoneiro de limpeza, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 3.ª série, n.º 64, de 30 de Março de 2006, cuja acta foi homologada por meu despacho de 23 de Fevereiro de 2007.

27 de Fevereiro de 2007. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado.*

1000311518

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNDÃO

Aviso n.º 5328/2007

Torna-se público que, por meu despacho de 27 de Fevereiro do corrente ano, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado o contrato a termo resolutivo certo celebrado com a técnica superior de 2.ª classe, arquitecta Ana Margarida Abrantes Ferreira Pena, pelo período de 12 meses, com início em 2 de Maio de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

5 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel Joaquim Barata Frexes.*

2611000489

CÂMARA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Aviso n.º 5329/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 26 de Janeiro de 2007, nos termos do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, são renovadas por mais três anos as comissões de serviço de José António Figueiredo Mendes Gravelho, no cargo de chefe de divisão Administrativa e Financeira, a partir de 16 de Maio de 2007, e de Firmino Rodrigues Espadinha, no cargo de chefe de divisão de Obras e Serviços Urbanos, a partir de 10 de Maio de 2007.

8 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus.*

1000311437

Aviso n.º 5330/2007

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, de acordo com o meu despacho exarado na informação do serviço de pessoal de 7 de Fevereiro de 2007, determinei a renovação dos contratos de trabalho a termo certo, por mais três anos, com início em 1 de Março de 2007, ao abrigo do n.º 2 do artigo 139.º do Código do Trabalho, com os trabalhadores José Augusto Boleto Martins, Jorge Manuel Faria Gomes, Hugo de Matos Pereira, e Luís Manuel

Flores Mota, cabouqueiros. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Martins de Jesus.*

1000311436

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA (ALGARVE)

Aviso n.º 5331/2007

Licença sem vencimento por um ano

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 5 de Fevereiro de 2007, ao abrigo do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, foi concedida licença sem vencimento por um ano a João Fernando de Sousa Martins, engenheiro técnico de 1.ª classe, funcionário do quadro desta Câmara Municipal, com início em 1 de Março de 2007.

12 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Inácio Marques Eduardo.*

1000311357

CÂMARA MUNICIPAL DE MACHICO

Aviso n.º 5332/2007

Nomeação

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de hoje, foi nomeada na categoria de técnico superior de 2.ª classe, biblioteca e documentação, Ana Cristina Carvalho de Sousa, aprovada no concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe, biblioteca e documentação, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República,* 2.ª série, parte especial, n.º 143, de 26 de Julho de 2006.

A candidata deverá tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República.* (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Emanuel Sabino Vieira Gomes.*

1000311540

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Rectificação n.º 414/2007

No *Diário da República,* 2.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2007, a p. 6159, foi publicado com inexactidão um edital da Câmara Municipal da Maia, sob o registo n.º 1000311288. Assim, onde se lê «em nome de Via Viso — Investimentos Imobiliários, L.da» deve ler-se «em nome de Vila Viso — Investimentos Imobiliários, L.da».

13 de Março de 2007. — INCM, *Serviço de Publicações Oficiais.*

3000226835

CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

Aviso n.º 5333/2007

Procedimento concursal para provimento de um cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe de divisão de Assuntos Jurídicos

Na sequência do procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau para chefe de divisão de Assuntos Jurídicos, por aviso publicado na bolsa de emprego público, no jornal *Primeiro de Janeiro,* e no *Diário da República,* 2.ª série, conforme estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, verificou-se a apresentação de três candidaturas.

A este procedimento concursal compareceram à entrevista pública Gabriel Barbosa Campos, José Augusto Diogo Peixoto e Miguel Ricardo Miranda Monteiro Trindade.

Após a aplicação dos métodos de selecção, o júri do concurso entendeu ser o candidato José Augusto Diogo Peixoto detentor de excelente qualificação e perfil adequado para a função a desempenhar e sólida experiência na área de actuação em causa.

Assim, considerando todo o exposto, determinei, por meu despacho de 2 de Março corrente, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 30 de Agosto, e no uso da competência que me é conferida pelo artigo 15.º do mesmo decreto-lei, a nomeação do licenciado José Augusto Diogo Peixoto no cargo de chefe de divisão de Assuntos Jurídicos, em regime de comissão de serviço por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, e de acordo com o disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. Produz efeitos a partir de 5 de Março de 2007.

Nota curricular

Nome — José Augusto Diogo Peixoto.

Data de nascimento — 22 de Fevereiro de 1969.

Habilitações académicas — licenciatura em Direito pela Universidade Católica do Porto.

Experiência profissional:

3 de Março de 2006 — técnico superior de 1.ª classe, na área de consultadoria jurídica na Administração Regional de Saúde do Norte, Sub-Região de Saúde do Porto, apoio jurídico à Divisão de Aprovisionamento e Património, nomeadamente através de elaboração de pareceres jurídicos nessa área, participação em actos públicos, no âmbito de aquisição de bens e serviços para apoio jurídico às respectivas comissões;

1 de Agosto de 2002 — técnico superior de 2.ª classe consultor jurídico, promovido à categoria de técnico superior de 1.ª classe em 13 de Julho de 2004 no município de Aguiar da Beira — elaboração de pareceres jurídicos no âmbito do regime jurídico da urbanização e edificação, relação jurídica de emprego público, empreitadas de obras públicas, realização de despesas públicas e contratação pública relativa à locação e aquisição de bens e serviços, notariado privativo e registo predial, novo regime da avaliação do desempenho, estatuto dos dirigentes da Administração Pública, contrato individual de trabalho na Administração Pública, procedimento e contencioso administrativo, regime jurídico das férias, faltas e licenças, novo Código do Trabalho, lei das empresas municipais, intermunicipais e regionais, estatuto dos eleitos locais, lei das finanças locais, competências e regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios, tendo em vista a uniformização de interpretações jurídicas, elaboração de processos disciplinares, tratamento de documentação de suporte ao estudo jurídico, organização de processos de expropriação, responsabilidade por processos de gracioso administrativo, acompanhamento de processos de contencioso administrativo, penal e cível, elaboração de regulamentos municipais;

27 de Novembro de 1997 — técnico superior consultor jurídico, posto de tenente no Ministério da Defesa Nacional, Departamento de Justiça do Quartel-General da Região Militar do Norte — elaboração de estudos, trabalhos e pareceres de natureza jurídica;

10 de Agosto de 1995 — técnico superior consultor jurídico na área da investigação criminal, posto de alferes no Ministério da Defesa Nacional, Delegação de Coimbra da Polícia Judiciária Militar — direcção da investigação criminal no âmbito de crimes do foro militar e respectiva instrução de processos.

Acções de especialização:

Pós-graduação em Direito Administrativo e Administração Pública, em Março de 1999;

Estágio profissional de advocacia, concluído em Outubro de 1997, no Conselho Distrital de Coimbra da Ordem dos Advogados;

Curso de inspecção judiciária concluído no Instituto Nacional de Polícia e Ciências Criminais.

Formação profissional:

Acções de formação ministradas pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM):

Novembro de 2005 — Novo Regime de Avaliação do Desempenho;

Março de 2005 — Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública;

Maio de 2004 — O Novo Contencioso Administrativo e as Implicações no CPA;

Março de 2004 — A Reforma de Tributação do Património e as suas Implicações a Nível Municipal;

Maio de 2003 — Regime Jurídico das Empreitadas de Obras Públicas;

Abril de 2003 — Organização e Funcionamento do Poder Local. A Descentralização Administrativa;

Fevereiro de 2003 — Novo Regulamento do Ruído;

Fevereiro de 2003 — Código do Procedimento Administrativo e Modernização Administrativa;

Fevereiro de 2003 — Regime Jurídico das Férias, Faltas e Licenças;